



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES

FLS. _____

PARECER PRÉVIO nº 001-A/2025/JUR/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250114/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico nº 001/2025

INTERESSADO: Equipe de contratação

ASSUNTO: Análise jurídica do processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de adquirir material de construção para atender as necessidades das secretarias do Município de Cabaceiras, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência do edital do Pregão Eletrônico nº 001/2025.

PARECER JURÍDICO Nº 001-A

EMENTA: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019. Contratação de empresa para aquisição de material de construção. Pregão Eletrônico. Análise Jurídica Prévia do Edital e seus Anexos – Aprovação das Minutas.

I. SITUAÇÃO FÁTICA

Vêm a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer Prévio os autos do procedimento licitatório epigrafado, que objetiva a realização do pregão eletrônico para aquisição de material de construção, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência do edital.

Com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- a) Ato de designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- b) Comprovação da qualificação do pregoeiro;
- c) Solicitação e justificativa da contratação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- d) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- e) Aprovação da ETP;
- f) Termo de Referência-TR;
- g) Aprovação do TR;
- h) Consultas de preços;
- i) Declaração de disponibilidade orçamentária do Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que para a despesa pretendida “existe adequação orçamentária e financeira, neste exercício são suportáveis pela dotação orçamentária prevista para esta Unidade Administrativa
- j) Autorização pela autoridade competente para realização do certame;
- k) Protocolo e autuação do processo e
- l) minuta do instrumento convocatório e seus anexos.

C. Costa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES

FLS. _____

Diante do que consta nos autos, a equipe de contratação solicita a emissão de Parecer a respeito da adequação do processo administrativo nº 0250114/2025 aos condicionamentos legalmente estabelecidos para a realização do pregão eletrônico sob o nº 001/2025.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2.1.DA FASE PREPARATÓRIA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

O artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

PROCESSO LICITAÇÕES

ASSESSORIA JURÍDICA

FLS. _____

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõem a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização pelo gestor municipal para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio e, por fim, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruídos, atendendo às exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor preço por item, atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

DEPTº LICITAÇÕES

FLS. _____

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela nova lei de licitações para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

2.2. DA MINUTA DO EDITAL

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, no que se refere ao edital, este é o ato pelo qual a Administração divulga as regras a serem aplicadas em determinado procedimento de licitação. O que nele estiver estabelecido deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade, tratando-se, portanto, da aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, devendo ser submetido à análise jurídica e conter os seguintes anexos, quais sejam: a minuta da ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato, dentre outros.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Portanto, estando a Administração Pública vinculada ao instrumento convocatório deve a este obedecer.

2.3. DA MINUTA DO CONTRATO

Observa-se que a minuta do contrato contém as seguintes cláusulas: objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

DEPTº LICITAÇÕES

FLS

ASSESSORIA JURÍDICA

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

DEPTº LICITAÇÕES
FLS. _____

ASSESSORIA JURÍDICA

específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Diante da leitura do artigo acima, temos que a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, os requisitos para a qualificação dos licitantes previstos no edital, bem como os tópicos destinados às demais fases do processo licitatório, encontram-se devidamente de acordo com os parâmetros definidos na Lei 14.133/2021.

Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do termo de referência, da minuta do contrato, em que são evidenciadas as obrigações de cada parte de forma clara, e nos demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na Lei nº 14.133/21 para início e validade do certame.

Fica clarividente que a Administração Pública deve respeitar a todas as etapas da realização do procedimento licitatório, desde a abertura do processo administrativo, para garantir a lisura do certame.

Por tudo que foi exposto, quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 18, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definidas na forma estabelecida no Art. 23, § 3º, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; autorização da autoridade competente; e a minuta do edital de licitação, acompanhada da respectiva minuta do contrato.

Por essa razão, estando a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente momento, pelo que se conclui o que segue.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela **APROVAÇÃO** da minuta do edital e seus anexos, por estarem de acordo com os ditames legais, oportunidade em que nos manifestamos pelo prosseguimento do presente processo para a realização do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico sob o nº 001/2025.

Em cumprimento ao Princípio da Publicidade, ao art. 5º da Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/11) e aos artigos 20 e 21 do Decreto nº 10.024/2019, deve-se publicar o Aviso da Licitação em Órgão de Imprensa Oficial, obedecendo aos prazos legais, e em seguida recomenda-se a juntada do comprovante da referida publicação a este processo administrativo. Tudo isso para atender ao previsto no Art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, uma vez que deve ocorrer a convocação de possíveis interessados ao certame, senão vejamos:

Grant



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES

FLS. _____

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º; [Grifo nosso]

Fica clarividente que a Administração Pública deve respeitar a todas as etapas da realização do procedimento licitatório, desde a abertura do processo administrativo, para garantir a lisura do certame.

Vale ressaltar, por fim, que as questões de natureza técnica não são objeto de análise na presente consulta e que o Parecer do Assessor Jurídico, não tem caráter vinculativo, não estando a Administração Pública obrigada a segui-lo, explicando-se pelo fato de que o parecer é ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa, orientando-o na escolha da melhor conduta.

É o parecer, sub censura.

À elevada consideração superior.

Encaminhe-se para adoção das providências cabíveis.

Cabaceiras (PB), 15 de janeiro de 2025.

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS

Assessora Jurídica

OAB/PB 21.109



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES
FLS. _____

PARECER CONCLUSIVO ASJUR/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250114/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico-SRP nº 001/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de material de construção para atender as necessidades das secretarias do Município de Cabaceiras.

INTERESSADO: Secretaria de Obras e Infraestrutura

SOLICITANTE PELO PARECER: Setor de contratações

ASSUNTO: Análise jurídica sobre a fase final do processo licitatório na modalidade pregão eletrônico nº 001/2025.

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

I – DO RELATÓRIO

Vêm a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer conclusivo os autos do procedimento licitatório epígrafado, na modalidade Pregão Eletrônico-SRP, que objetiva à contratação de pessoa jurídica para aquisição de material de construção, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência do edital.

Importante mencionar que esta Assessoria Jurídica já emitiu parecer prévio a qual atestou a regularidade da fase inicial do processo até a emissão do edital de abertura do certame.

Ato contínuo, se seguiram as etapas de publicação, aquisição de editais e recebimento de documentação e propostas, com o posterior julgamento da habilitação e das propostas do(s) licitante(s).

E, para verificação formal do procedimento licitatório adotado, legalidade e regularidade desta segunda fase, antes da sua Adjudicação, homologação e finalização, o Agente de Contratação solicitou o parecer conclusivo a esta Assessoria jurídica.

No que tange à fase externa da modalidade licitatória Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item e fornecimento na forma parcela, com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- Publicação do Edital juntamente com seus anexos;
- Publicações;
- Comprovante de retirada de Edital;
- Documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e Documentos de Habilitação das Empresas participantes do certame;
- Histórico de lances;
- Ata de Sessão Pública e
- Quadro de resultados.

É, em síntese, o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES
FLS. _____

Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, pelo que, incumbe, a este órgão de Assessoramento Jurídico, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na avaliação da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da CPL, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Partindo, a partir de agora, da análise sobre o procedimento em si, ato este que objetiva uma maior legalidade e transparência dos procedimentos licitatórios. Assim vejamos:

1. DA LICITAÇÃO:

1.1	TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM
1.2	SUPORTE LEGAL	LEI Nº 14.133/2021; LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006; INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 73 SEGES/ME/2022.
1.3	AUTORIDADE AUTORIZADORA:	RICARDO JORGE DE FARIAS AIRES – PREFEITO

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1	CÓDIGO DA DESPESA:	ORÇAMENTO 2025; RECURSOS PRÓPRIOS – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
-----	--------------------	--

3. DA PUBLICIDADE

3.1	EDITAL:	<ul style="list-style-type: none">• Composto por 29 Cláusulas;• Anexo I – Termo de Referência;• Anexo II – Modelo de Declarações de não empregar menor;• Anexo III – Modelo de Declaração que a proposta compreende a integralidade dos custos;• Anexo IV – Minuta da ata de registro de preço;• Anexo V – Minuta de contrato;• Anexo VI - Modelos de declarações - cumprimento de requisitos normativos.
3.2	ATO CONVOCATÓRIO:	<ul style="list-style-type: none">• Publicações:✓ Diário Oficial do Estado;✓ Jornal Correio da Paraíba;✓ Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba;✓ Portal de compras públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÕES

FLS. _____

4. DO PREGOEIRO:

4.1	NOME:	JOSÉ ALEXANDRE FILHO
4.2	PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	1.401/2025 - 06/01/2025

5. DO(S) PROPONENTE(S) /VENCEDORA(ES):

PESSOA JURÍDICA / CNPJ/ VALOR TOTAL

- 5.1. WANDELA JHENY DINIZ SINEZIO – CNPJ: 47.003.244/0001-91 - Valor: R\$ 11.227,10
- 5.2. BRJ COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE COSNTRUCAO LTDA.- CNPJ: 12.848.592/0001-85 – Valor: Valor: R\$ 315.372,80;
- 5.3. JOAO GONCALVES DE SOUSA CONSTRUCAO.- CNPJ: 04.588.983/0001-80 – Valor: R\$ 545.590,70
- 5.4. JOTAV COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA.- CNPJ: 20.853.878/0001-87 - Valor: R\$ 24.662,00;
- 5.5. LAU COMERCIAL DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. – CNPJ: 17.496.400/0001-32 – Valor: R\$ 80.716,15;
- 5.6. MAILZA DA SILVA MERENCIO 70602248400. – CNPJ: 44.117.318/0001-22 - Valor: R\$ 9.012,50;
- 5.7. ROSANGELA POLLYANA DE OLIVEIRA NEVES. - CNPJ:25.151.738/0001-80 - Valor: R\$ 126.798,65;
- 5.8. SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI.- CNPJ:29.843.035/0001-74 - Valor: R\$ 39.164,60

Total: R\$ 1.152.544,50

1. DOS ASPECTOS LEGAIS:

No que se refere ao cumprimento dos aspectos legais, esta Assessoria Jurídica constatou:

a. QUANTO À INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:

A instauração do processo em epígrafe foi feita nos moldes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal N.º 11.462/2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

b. QUANTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A modalidade de licitação foi determinada nos termos da Lei n.º 14.133/2021 – consoante o Edital e seus anexos e legislação correspondente e Decreto Federal N.º 11.462/2023.

Foi apresentada para esta fase final do processo:

- a) Quadro comparativo dos valores apresentados - mapa de apuração - pregão eletrônico –SRP nº 00001/2025;
- b) Relatório;
- c) Documentos referentes à habilitação dos concorrentes, conforme a Lei nº 14.133/2021, Arts. 62 e 63 – Documentos de Habilitação Jurídica e de Regularidade Fiscal, anexos aos autos.

c. QUANTO AO ATO CONVOCATÓRIO/PUBLICIDADES

- a) O objeto da licitação foi discriminado com base na Lei n.º 14.133/2021.
- b) Houve publicação do ato convocatório, publicado o Edital em Jornal de grande circulação oficial.
- c) A forma de pagamento adotada também atende ao que aduz a Lei nº 14.133/2021

gaur



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

DEPTº LICITAÇÃO

FLS. _____

d. QUANTO ÀS FASES DE HABILITAÇÃO

- a) O valor apresentado pela empresa vencedora está coerente com o mercado, segundo a Lei 14.133/2021, Art. 33 – com as propostas de menor preço para melhor produto pelo item adquirido.
- b) Houve negociação através de lances para obtenção do menor preço – A negociação através de lance ocorreu conforme o Histórico de Lances.
- c) Ata da Comissão Julgadora;
- d) Ata de abertura de procedimento licitatório, a qual consta as empresas que foram classificadas.

Assim sendo, a licitação prosseguiu respeitando os seus trâmites legais.

Pelo exposto, compulsando os autos, temos que o presente procedimento não apresentou vícios nem defeitos, tendo sido observado, em todo o seu procedimento, os comandos normativos regentes, razão pela qual entende este órgão jurídico deva ser o mesmo adjudicado e homologado, consoante estabelece o Art. 71 da Lei de Licitações.

Outrossim, cumpre aduzir que deve ocorrer a publicação do extrato de homologação do presente processo devendo ser publicada no Órgão Oficial de Imprensa.

CONCLUSÃO

Por fim, estando este procedimento dentro dos padrões ditados pela Lei, opina esta Assessoria Jurídica pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DA AQUISIÇÃO PRETENDIDA**¹ em tela, por meio do **Pregão Eletrônico n.º 0001/2025**, haja vista o presente processo licitatório ter obedecido regularmente todas as suas fases, havendo, portanto, perfeita adequação da situação fática à previsão legal.

Este é o Parecer que levamos ao conhecimento do Sr. Pregoeiro Oficial, para que adote a **Decisão** que entenda mais adequada, devendo haver, se entender regular os atos praticados, realizar a **Adjudicação**, e a **Homologação** pelo Sr. Prefeito Constitucional do Município de Cabaceiras – PB.

Assim sendo, remeto os autos para os ulteriores procedimentos.

É o parecer, *sub censura*.

À elevada consideração superior.

Cabaceiras - PB, 17 de fevereiro de 2025.

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS

Assessora Jurídica

OAB-PB 21.109

¹ O Parecer do Assessor Jurídico, não tem caráter vinculativo, não estando a Administração Pública obrigada a segui-lo, explicando-se pelo fato de que o Parecer Jurídico ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa, orientando-o na escolha da melhor conduta